



GESCARTÃO

GESCARTÃO SGPS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS

1º SEMESTRE 2006

***(Informação financeira não sujeita a auditoria ou
revisão limitada, nos termos do nº3 do art.º 8º do
Código dos Valores Mobiliários)***

Gescartão, SGPS, S.A.

Sede social: Rua do Monte Grande, Guilhabreu, Vila do Conde

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vila do Conde sob o nº 3549

Capital Social: €99 925 000

Pessoa Colectiva nº 503032603

Sociedade Aberta

ÍNDICE

Relatório do Conselho de Administração

<i>Apresentação.....</i>	<i>2</i>
<i>Evolução do Sector e do Mercado.....</i>	<i>3</i>
<i>Actividade Operacional.....</i>	<i>3</i>
<i>Investimentos.....</i>	<i>5</i>
<i>Gestão do Portofolio.....</i>	<i>6</i>
<i>Situação Económica e Financeira.....</i>	<i>6</i>
<i>Comportamento Bolsista.....</i>	<i>8</i>
<i>Órgãos Sociais.....</i>	<i>8</i>
<i>Perspectiva para o 2º semestre de 2006.....</i>	<i>9</i>

<i>Informação sobre Participações dos Membros de Órgãos Sociais.....</i>	<i>12</i>
--	-----------

<i>Lista dos Titulares de Participações Qualificadas.....</i>	<i>16</i>
---	-----------

Demonstrações Financeiras Consolidadas

<i>Balanço Consolidado.....</i>	<i>18</i>
<i>Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas.....</i>	<i>19</i>
<i>Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio.....</i>	<i>20</i>
<i>Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa.....</i>	<i>21</i>
<i>Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.....</i>	<i>22</i>

Demonstrações Financeiras Individuais

<i>Balanço.....</i>	<i>31</i>
<i>Demonstração dos Resultados por Naturezas.....</i>	<i>33</i>
<i>Anexo às Demonstrações Financeiras.....</i>	<i>35</i>

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento da Lei e dos Estatutos da sociedade vimos apresentar o Relatório de Gestão referente ao 1º semestre de 2006.

1. Apresentação

O Grupo Gescartão é composto pela Gescartão S.G.P.S., S.A., Sociedade Aberta, criada em 31 de Maio de 1993, ao abrigo do Decreto-Lei n.º39/93 de 13 de Fevereiro, como resultado do processo de reestruturação da Portucel - Empresa de Celulose e Papel de Portugal, S.A., e pelas suas subsidiárias.

A actividade do Grupo Gescartão insere-se no “sector castanho”, designação comum para o sector dos papéis industriais e de embalagem e que engloba, para além da produção de papéis para a produção de cartão canelado, também a produção do próprio cartão canelado e das embalagens.

A Gescartão tem vindo a potenciar o desenvolvimento desta fileira industrial, explorando toda a cadeia de valor, e conjugando num esforço comum as forças susceptíveis de promover um melhor aproveitamento dos recursos da floresta, bem como os resíduos urbanos, que incluem uma parte importante do papel utilizado no fabrico de embalagens.

Em Março de 2000, a Imocapital S.G.P.S., S.A., sociedade detida em partes iguais pela Sonae Indústria S.G.P.S., S.A. e pela Papeles Y Cartones de Europa, S.A. adquiriu 65% do capital da Gescartão. Em Julho de 2003, através de Oferta Pública de Venda, foram alienados pela Portucel S.G.P.S., S.A. os restantes 35% que detinha da Gescartão. Em Janeiro de 2004, a Gescartão S.G.P.S., S.A. passou a integrar o índice de referência da bolsa nacional, o PSI-20, tendo deixado de integrar aquele índice no segundo trimestre do ano de 2005 em virtude do escasso volume de negociação das acções no mercado.

Em 11 de Fevereiro de 2005 a Sonae S.G.P.S., S.A. e a Europac S.A. acordaram os termos para a alienação à Europac S.A. da totalidade da participação e créditos na Imocapital S.G.P.S., S.A. da Sonae S.G.P.S., bem como de acções representativas de 3,58% da Gescartão. A transacção da participação no capital da Imocapital, nos termos da legislação em vigor, foi autorizada pela a Autoridade para a Concorrência em 07 de Abril de 2005.

A Europac, S.A. (Papeles y Cartones de Europa, S.A.) é um Grupo líder no sector de embalagem na Península Ibérica, fabricando papel, cartão canelado e embalagens, oferecendo aos seus clientes um amplo leque de produtos. Entre os princípios básicos que norteiam a sua actividade estão o auto abastecimento de energia, o cuidado e respeito pelo meio ambiente e o desenvolvimento de produtos de qualidade para os seus clientes.

A estratégia do Grupo Europac baseia-se, desde a sua entrada em mercado bolsista no ano de 1998, na integração vertical das suas actividades e em consolidar a sua posição de liderança actual, crescendo através de aquisições de empresas do sector.

A operação, concretizada em 19 de Abril de 2005, reforça a posição de liderança da EUROPAC na Península Ibérica como 2º produtor de papel para fabrico de cartão canelado com uma capacidade de 527 mil toneladas por ano, e 6º produtor de cartão canelado com uma produção anual de 285 milhões de m² de cartão canelado, segundo os dados de 2005.

2. Evolução do Sector e do Mercado

Nos Estados Unidos, em Junho, a variação homóloga do volume de expedição de embalagem foi de 4,9%, levando a uma diminuição dos inventários. A forte procura interna de papel Kraft, o encerramento de unidades produtivas pouco eficientes com a consequente diminuição da capacidade produtiva, estimada durante o 2º semestre de 2005 em cerca de 350.000ton/ano de papel Kraft, levaram a uma diminuição das exportações norte americanas de Kraftliner para o mercado europeu. De acordo, com o "46th Annual Survey of Paper, Paperboard and Pulp Capacity" da American Forest and Paper Association estima-se uma diminuição de cerca de 2,0% para 2006 da capacidade produtiva da indústria papelreira norte americana.

Na Europa, os produtores de Kraftliner, aproveitando o deficit entre a produção e o consumo, cerca de 25% face às necessidades deste tipo de papel, aumentaram os preços, fazendo repercutir o forte aumento dos custos de energia, transporte e de matérias primas. Desde Outubro de 2005 até ao final de Junho de 2006, de acordo com a European Containerboard Organization (ECO), os preços do Kraftliner aumentaram três vezes em 50 Euros/tonelada.

De acordo com o Boletim de Verão do Banco Portugal, a evolução da economia portuguesa (evolução que afecta directamente a actividade do sector do cartão, devido a uma forte correlação entre o consumo de cartão e o crescimento do Produto Interno Bruto) continua condicionada por um "conjunto de desequilíbrios", nomeadamente, o elevado nível de endividamento das famílias portuguesas, que num contexto actual de subidas de taxas de juro, tem influenciado negativamente o consumo privado e a procura interna. Apesar de um ritmo de crescimento elevado dos principais mercados de destino das exportações portuguesas, o forte aumento do preço do petróleo e a acrescida concorrência internacional em determinados mercados "têm-se revelado penalizadores para a economia portuguesa".

3. Actividade Operacional

O resultado liquido consolidado do Grupo Gescartão, no primeiro semestre de 2006, foi de 7,0 milhões de euros, representando um aumento de 18,6% face a igual período do ano anterior. O EBITDA consolidado foi de 21,4 milhões de euros, representado um aumento de 15,0% quando comparado com o 1º semestre do ano anterior.

3.1. Portucel Viana

Como resultado das condições favoráveis do mercado de *Kraftliner*, durante o 1º semestre de 2006, o volume de vendas ultrapassou as 145 mil toneladas, cifrando-se em 62,2 milhões de euros, representando um acréscimo de 9,8% em quantidade e de 13,4% em valor, face ao 1º semestre de 2005. Foi reforçada de forma significativa a colocação do produto no mercado ibérico, representando cerca de 55% da quantidade total vendida no 1º Semestre de 2006 quando tinha sido de 44% em igual período do ano anterior.

O cash-flow operacional (EBITDA) atingiu, no 1º semestre de 2006, o valor de 17,0 milhões de euros o que representa um aumento de 7,3% relativamente ao período homologo do ano anterior. Apesar do forte aumento dos custos de energia, transporte e de matérias primas, a Portucel Viana conseguiu absorver este incremento e aumentar as margens, registando um variação de 5,6% do EBITDA por tonelada, em relação ao mesmo período do ano anterior.

O nível de produção atingido no semestre foi de 143,3 milhares de toneladas, superior em cerca de 4 milhares de toneladas face ao orçamento do período e em 1,6 milhares de toneladas face ao 1º semestre de 2005.

Os investimentos(considerando os aumentos de imobilizado verificados, com excepção dos motivados por meras transferências) realizados no 1º semestre totalizaram 5,7 milhões de euros (incluindo 0,7 milhões de euros de licenças de emissão de gases com efeito de estufa atribuídos a título gratuito), com destaque para o projecto do aumento da capacidade de produção de fibra reciclada, para uma produção de 350Bdton/dia, responsável por 2,8 milhões de euros. Este projecto insere-se num outro, mais amplo, de aumento da capacidade produtiva, que faseadamente se prevê que atinja as 320.000Ton./ano numa primeira fase.

3.2. Portucel Embalagem

Como consequência do débil crescimento da Economia Portuguesa, e dada a estreita correlação entre a evolução do mercado do cartão canelado com o comportamento dos principais factores que influenciam a economia, as vendas totais da Portucel Embalagem atingiram, no 1º semestre de 2006, os 71,8 milhões de m², registando-se assim, em quantidade, uma quebra de 2,6% face a igual período do ano anterior. O volume de vendas correspondente foi de 31,9 milhões de euros, valor equivalente ao igual período do ano anterior.

O volume de produção atingido neste semestre situou-se nos 71,6 milhões de m².

O processo de racionalização de custos tem continuado, tendo em vista minimizar o efeito de degradação das margens, melhorando a eficiência e a produtividade. O montante global de investimentos(considerando os aumentos de imobilizado verificados, com excepção dos motivados por meras transferências) no 1º semestre de 2006 ascendeu a 700 mil euros.

O EBITDA da empresa atingiu no 1º semestre de 2006, os 1,8 milhões de euros.

3.3. Portucel Viana Energia

As vendas acumuladas da Portucel Viana Energia atingiram, no 1º semestre de 2006, o valor de 24,8 milhões de euros, sendo 14,8 milhões de euros correspondentes à venda de 200.728 MWH de Energia Eléctrica à REN-Rede Eléctrica Nacional e 10,0 milhões de euros dizem respeito à venda de 352.509 Gcal de energia térmica, vapor, à Portucel Viana.

O EBITDA da empresa traduziu-se em 3,4 milhões de euros, contribuindo assim, positivamente para a evolução do EBITDA consolidado face a igual período do ano anterior, visto que, a exportação de energia eléctrica para a REN – Rede Eléctrica Nacional, se iniciou apenas em Abril de 2005, com o arranque da nova turbina a gás.

Durante o 1º semestre de 2006, o montante de investimento(considerando os aumentos de imobilizado verificados, com excepção dos motivados por meras transferências) realizado foi de 6,3 milhões de euros, 2,4 milhões de euros relativos a licenças de emissão de gases com efeito de estufa atribuídos a título gratuito e, 3,0 milhões relativos à nova Caldeira de Biomassa. Sendo de destacar, o final da montagem deste equipamento, e o início, em Junho de 2006, dos testes de pré-arranque.

3.4. Outras Participadas

LEPE

Concretizando a deliberação do Conselho de Administração da Gescartão, de 31 de Março de 2006, procedeu-se ao encerramento da actividade produtiva da LEPE – Empresa Produtora de Embalagens, S.A.. O fim da actividade desta unidade produtiva terá como consequência, a melhoria da eficiência e competitividade das restantes unidades de produção da Gescartão, dado que está previsto que a produção da fábrica da Lepe seja assumida pelas restantes instalações produtivas do Grupo, incluindo a situada em Leiria, que se encontra a escassa distância da Lepe (cerca de 15 quilómetros).

Adicionalmente, convém sublinhar que a liquidação da LEPE, S.A. não implicará uma perda patrimonial no balanço consolidado da Gescartão, dado o valor mercado actual dos seus activos.

O EBITDA consolidado da Gescartão foi negativamente influenciado, em 2,2 milhões de euros, pelas indemnizações relativas à rescisão de contratos de trabalho fruto do encerramento da LEPE, S.A. e ao processo de reestruturação dos recursos humanos da Portucel Embalagem.

4. Investimentos

Obrigações de investimento constantes no Decreto-Lei nº. 19/2003, de 3 de Fevereiro:

Nos termos definidos no Decreto-Lei nº. 19/2003, de 3 de Fevereiro, as acções representativas de 51% do capital social da Gescartão S.G.P.S., S.A., detidas pela Imocapital, encontram-se indisponíveis até ao momento da verificação do cumprimento integral das obrigações referidas no diploma, e sobre as mesmas foi constituído um penhor de 1º grau a favor do Estado Português para garantia de cumprimento. A extensão do valor garantido pelo penhor será reduzida na medida e proporção do cumprimento das obrigações.

As citadas obrigações consistem:

- na construção e instalação de uma unidade fabril destinada à indústria de papel, que represente um montante de investimento no valor de 125 milhões de euros e entrada em funcionamento da mesma no prazo de 24 meses após o licenciamento da construção e laboração, devendo o respectivo pedido inicial de licenciamento, ser apresentado no prazo máximo de 2 meses após a entrada em vigor do novo Decreto-Lei. O montante de 125 milhões incluirá quaisquer investimentos necessários à captação de água, produção de energia, cumprimento de requisitos ambientais e outros investimentos que melhorem a competitividade e eficiência do complexo industrial de Viana do Castelo;

- na realização, no prazo de 9 meses após o respectivo licenciamento, de um investimento industrial no concelho de Mourão, que represente um montante de investimento do valor mínimo de 10 milhões de euros, devendo o pedido inicial de licenciamento, ser apresentado no prazo máximo de 2 meses após a entrada em vigor do novo Decreto-Lei;

- na realização, no prazo máximo de 36 meses a contar da entrada em vigor do referido Decreto-Lei, de investimentos no sector agrícola, agro-industrial, industrial ou serviços, incluindo turismo, no montante global de 40 milhões euros, os quais poderão ser concretizados através de um ou mais fundos de capital de risco e/ou uma ou mais sociedades de capital de risco, já existentes ou a constituir pela Imocapital, vocacionados para investimento em participações no sector agrícola, agro-industrial, industrial ou serviços, incluindo turismo.

Relativamente à nova unidade fabril destinada à indústria de papel não existiu, no 1º semestre de 2006, evolução significativa face à situação reportada no final do exercício de 2005.

Com o objectivo de implementar uma unidade fabril de produção de embalagens na Zona Industrial de Mourão, a Gescartão constituiu a Sulpac – Empresa Produtora de Embalagens de Cartão S.A.. O pedido inicial de licenciamento da unidade industrial foi apresentado junto da Direcção Regional do Alentejo do Ministério da Economia em 31 de Março de 2003, e o licenciamento da obra consta de Ofício emitido pela Câmara Municipal de Mourão em 17 de Dezembro de 2003. A Sulpac iniciou a sua actividade comercial ainda durante o ano de 2003. A primeira embalagem foi produzida em 18 de Maio de 2004, com o início da fase de testes. No dia 16 de Fevereiro de 2005 foi enviado, ao Ministério das Finanças e da Administração Pública e ao Ministério de Estado, das Actividades e do Trabalho, o requerimento de redução, à medida e na proporção, do penhor de 1º grau constituído, face ao cumprimento desta obrigação. No dia 01 de Abril de 2005, foi atribuída à Sulpac a Licença de Exploração Industrial passada pela Direcção Regional da Economia do Alentejo. O activo bruto da Sulpac em 30 de Junho de 2006 ascendeu a 12.771.961 euros.

Em Dezembro de 2003 foi constituída a Investalentejo, S.G.P.S., S.A. com o objectivo de vir a ser a entidade gestora das obrigações de investimento no Alentejo ao abrigo do art. 4º do DL 19/2003. O Conselho de Administração da Investalentejo, S.G.P.S., S.A. aprovou a realização de um conjunto de investimentos, por um montante global significativamente superior a 40 milhões de Euros, sendo que, a obrigação legal contemplada no referido Decreto-Lei foi integralmente cumprida dentro do prazo previsto.

5. Gestão do Portfolio

Acções Próprias

Durante o 1º semestre de 2006, a Gescartão S.G.P.S. efectuou aquisições de acções próprias. Em consequência, em 30 de Junho de 2006, o número de acções próprias é de 525.000(2,627% do capital social) com um custo médio por acção de cerca de 13,428 euros.

Data da Operação	Tipo de Operação	Número de Títulos	Preço (€ / Acção)	Capital Social (%)
20-04-2006	Compra	36.169	14,5153	0,18%
24-04-2006	Compra	500	15,5000	0,00%
24-04-2006	Compra	2.550	15,5000	0,01%
25-04-2006	Compra	8.690	15,4998	0,04%
25-04-2006	Compra	150	15,5000	0,00%
26-04-2006	Compra	300	15,5400	0,00%
24-05-2006	Compra	165.626	16,7474	0,83%
20-06-2006	Compra	25.000	16,0700	0,13%

Estas operações sobre acções próprias foram realizadas ao abrigo das autorizações da Assembleias Gerais de accionistas que tiveram lugar em 04 de Maio de 2005 e em 11 de Maio de 2006, tendo sido efectuadas por o Conselho de Administração da Gescartão entender que os preços praticados no mercado não reflectiam o real valor da empresa, ao mesmo tempo que contribuíram para aumentar a liquidez das acções no mercado.

6. Situação Económica e Financeira

O volume de negócios consolidado atingiu, no 1º semestre de 2006, cerca de 111,8 milhões de euros, representando um crescimento de 24,5% face aos 89,8 milhões de euros registados no 1º semestre de 2005.

O EBITDA consolidado ascendeu a 21,4 milhões de euros que compara com 18,6 milhões de euros registados no período homólogo de 2005. O resultado consolidado líquido ascendeu, no 1º semestre de 2006, a 7,0 milhões de euros traduzindo um acréscimo de cerca de 18,6% face aos 5,9 milhões de euros verificados em igual período de 2005.

O investimento consolidado (considerando os aumentos de imobilizado verificados, com excepção dos motivados por meras transferências) totalizou 13,0 milhões de euros (incluindo a atribuição a título gratuito de licenças de emissão de gases com efeito de estufa, registadas a valor de mercado no montante aproximado de 3,1 milhões de euros), que compara com 9,5 milhões de euros registados no 1º semestre do ano anterior. Este investimento, na sua maioria relativo a projectos em curso, foi predominantemente efectuado pela Portucel Viana (5,7 milhões de euros – incluindo 0,7 milhões de euros relativos a licenças de emissão de gases com efeito de estufa atribuídas a título gratuito), Portucel Embalagem (0,7 milhões de euros) e Portucel Viana Energia (6,3 milhões de euros - incluindo 2,4 milhões de euros relativos a licenças de emissão de gases com efeito de estufa atribuídas a título gratuito).

O endividamento remunerado líquido consolidado passou de 4,9 milhões de Euros no final de 2005 para 9,0 milhões de euros no 1º semestre de 2006.

Indicadores Consolidados

	Jun-06	Jun-05	Var.(%)
Produção vendida			
Portucel Viana(mil toneladas)	145,6	132,5	9,8%
Portucel Embalagem(milhões de m2)	71,8	73,6	-2,6%
(milhões de euros)			
Vendas	111,4	89,2	24,9%
Portucel Viana	62,2	54,8	13,4%
Portucel Embalagem	31,9	32,1	-0,4%
Portucel Viana Energia	24,8	15,4	60,9%
EBITDA⁽¹⁾	21,4	18,6	15,0%
Portucel Viana	17,0	15,8	7,3%
Portucel Embalagem	1,8	3,4	-47,8%
Portucel Viana Energia	3,4	-0,5	833,3%
Resultado Operacional	11,5	9,1	26,0%
Portucel Viana	11,8	9,3	27,0%
Portucel Embalagem	-0,3	1,1	-129,8%
Portucel Viana Energia	2,4	-0,5	622,6%
Resultado Líquido	7,0	5,9	18,4%
Autofinanciamento⁽²⁾	16,9	15,4	9,9%
Investimento	13,0	9,5	36,7%
Endividamento Líquido	9,0	22,7	-60,1%
Efectivo Médio⁽³⁾	945	867	

(1) EBITDA-Resultados Operacionais+Amortizações +Provisões

(2)Autofinanciamento-Res.Líquido+Amortizações+Provisões

(3)O efectivo médio em Junho de 2005 não incluía a Fábrica de Papel do Ave

Caso excluíssemos a Fábrica de Papel do Ave em Junho de 2006, o efectivo médio seria 854

6. Comportamento Bolsista

O título Gescartão, admitido à cotação em Julho de 2003, fechou a 30 de Junho 2006 em 16,20 euros, registando uma valorização durante o semestre de 31% a qual continuou neste período a ser superior à valorização do principal índice do mercado português, o PSI 20, que ascendeu a 2,69%.

O volume transaccionado ascendeu a 1.901.624 acções a que correspondeu um volume médio diário de 14.628, representando um acréscimo de 21% relativamente ao ano de 2005.

7. Órgãos Sociais

No dia 11 de Maio de 2006, em Assembleia Geral Anual de Accionistas, foram eleitos os membros dos órgãos sociais, e da Comissão de Vencimentos, para o triénio de 2006/2008. Em reunião do Conselho de Administração, de 11 de Maio de 2006, foram igualmente designadas uma comissão Executiva, a Secretária da Sociedade Efectiva e a Secretária da Sociedade Suplente.

Assim sendo, a actual composição dos órgãos sociais é a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Dra. Susana Manuela Abreu Alves Pereira
Vice-Presidente	D. Vicente Guilarte Gutierrez
Secretário	D ^a . Sol Fernández-Rañada López-Doriga

Comissão de Vencimentos

D. Pablo Hernandez Garcia
D. Vicente Guilarte Gutierrez
D. Jorge Requejo Liberal

Conselho de Administração

Presidente	D. Fernando Padrón Estarriol
Vogal	D. José Miguel Isidro Rincón
Vogal	D. Enrique Isidro Rincón
Vogal	Dr. Miguel Moraes Salgueiro Teixeira de Abreu
Vogal	Dr. Manuel Maria Luís Gomes de Andrade Neves

Órgão de Fiscalização

Fiscal Único Efectivo	Deloitte & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada por Dr. Jorge Manuel de Araújo de Beja Neves
Fiscal Único Suplente	Dr. António Marques Dias, ROC

Secretário da Sociedade Efectiva	Dra. Susana Manuela Abreu Alves Pereira
Secretário da Sociedade Suplente	D ^a . Sol Fernández-Rañada López-Doriga

Membros da comissão executiva:

Presidente D. Fernando Padrón Estarriol
D. José Miguel Isidro Rincón
D. Enrique Isidro Rincón

8. Outras Informações relevantes

No fim do exercício de 2002, a EDIA – Empresa de Desenvolvimento de Infra-estruturas do Alqueva, encontrava-se em mora no pagamento à Portucel Recicla de um montante de cerca de 8 milhões de euros, relativo na sua maioria à 3ª prestação do acordo de expropriação oportunamente celebrado entre as duas entidades. Em 17 de Junho de 2003 deu entrada em tribunal a competente acção executiva para cobrança da terceira prestação indemnizatória referente ao acto de expropriação. A acção está a correr os seus termos tendo sido apresentada a correspondente contestação após dedução de embargos pela executada, aguardando-se a marcação da audiência de julgamento.

Este crédito foi transferido para a Portucel Viana, pelo o processo de fusão, por incorporação, mediante a transferência global do património da Portucel Recicla, S.A. para a Portucel Viana, S.A..

9. Perspectivas para o 2º semestre de 2006

O desequilíbrio entre a oferta e a procura no mercado do papel kraftliner continuará a exercer uma forte pressão de subida do preço, tendo sido anunciada uma subida de €40/ton a partir do próximo dia 1 de Setembro de 2006.

A revisão em alta de 0.4p.p., das perspectivas de crescimento da Economia Portuguesa em 2006, feita pelo Banco de Portugal no seu Boletim de Verão, parece indiciar uma retoma da economia nacional que, a par da reestruturação que está a ser realizada no negócio do cartão(encerramento da Lepe e processo de reestruturação dos recursos humanos), se traduzirá num aumento de rentabilidade.

Notas Finais

Ao Fiscal Único queremos agradecer a sua cooperação no acompanhamento da actividade da Empresa. Aos Clientes, Fornecedores, Instituições Financeiras, Colaboradores e a todos os que, directa ou indirectamente, contribuíram para os objectivos alcançados, manifestamos o nosso sincero agradecimento pela colaboração prestada.

Guilhabreu, 25 de Setembro de 2006

Fernando Padrón Estarriol

José Miguel Isidro Rincón

Enrique Isidro Rincón

Miguel Teixeira de Abreu

Manuel Maria de Andrade Neves

INFORMAÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÕES DOS MEMBROS DE ÓRGÃOS SOCIAIS

INFORMAÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÕES DOS MEMBROS DE ÓRGÃOS SOCIAIS NO CAPITAL DA GESCARTÃO SGPS, SA

CORPORACION OUDALOI, S.A.

(na qualidade de membro do órgão de administração de Papeles y Cartones de Europa, S.A., sociedade dominante de Imocapital, SGPS S.A, que por sua vez detém 81,32% de Gescartão, SGPS, S.A. e por Corporación Oudaloi, S.A. ser dominada por D. José Miguel Isidro Rincón, que por sua vez é membro do Conselho de Administração de Gescartão, SGPS, S.A.)

Data Operação	Número Títulos	Natureza Jurídica	Preço € / acc.	Títulos Acumulados
13-Jan-06	2.000	Compra	12,570	2.000
18-Jan-06	-2.000	Venda	12,740	0
31-Jan-06	4.574	Compra	12,973	4.574
31-Jan-06	4.058	Compra	12,980	8.632
31-Jan-06	1.033	Compra	12,990	9.665
31-Jan-06	60.000	Compra	13,000	69.665
31-Jan-06	-60.000	Venda	13,000	9.665
31-Jan-06	14.253	Compra	13,000	23.918
31-Jan-06	19.859	Compra	13,000	43.777
31-Jan-06	50	Compra	12,980	43.827
1-Fev-06	-8.000	Venda	13,000	35.827
7-Fev-06	-6.000	Venda	13,020	29.827
4-Abr-06	1.000	Compra	14,050	30.827
20-Abr-06	9.173	Compra	14,500	40.000
5-Mai-06	1.000	Compra	15,860	41.000
23-Mai-06	32.918	Compra	16,170	73.918
24-Mai-06	1.000	Compra	16,480	74.918
24-Mai-06	1.250	Compra	16,180	76.168
24-Mai-06	3.750	Compra	16,500	79.918
24-Mai-06	3.500	Compra	16,700	83.418
24-Mai-06	-3.500	Venda	16,750	79.918
24-Mai-06	-76.168	Venda	16,750	3.750
24-Mai-06	-3.750	Venda	16,750	0
6-Jun-06	1.000	Compra	15,870	1.000
8-Jun-06	2.150	Compra	16,105	3.150
8-Jun-06	1.000	Compra	16,070	4.150
13-Jun-06	13.700	Compra	16,080	17.850
20-Jun-06	10.000	Compra	16,070	27.850

HARPALUS, SL

(na qualidade de membro do órgão de administração de Papeles y Cartones de Europa, S.A., sociedade dominante de Imocapital, SGPS S.A, que por sua vez detém 81,32% de Gescartão, SGPS, S.A)

Data Operação	Número Títulos	Natureza Jurídica	Preço € / acc.	Títulos Acumulados
4-Jan-06	20.000	Compra	12,500	827.470
12-Jan-06	80.082	Compra	12,405	907.552
13-Jan-06	-2.000	Venda	12,570	905.552
18-Jan-06	2.000	Compra	12,740	907.552
18-Jan-06	60.000	Compra	12,700	967.552
23-Jan-06	-6	Venda	12,810	967.546
30-Jan-06	-80	Venda	12,500	967.466
31-Jan-06	300.000	Compra	13,000	1.267.466
2-Mar-06	125.000	Compra	13,500	1.392.466
3-Mar-06	1.590	Compra	13,500	1.394.056
6-Mar-06	5.322	Compra	13,789	1.399.378
7-Mar-06	1.041	Compra	13,700	1.400.419
13-Mar-06	7.891	Compra	14,002	1.408.310
16-Mar-06	8.600	Compra	13,800	1.416.910
21-Mar-06	3.215	Compra	13,820	1.420.125
22-Mar-06	100	Compra	13,750	1.420.225
23-Mar-06	2.500	Compra	13,750	1.422.725
24-Mar-06	4.782	Compra	13,750	1.427.507
27-Mar-06	2.800	Compra	13,885	1.430.307
29-Mar-06	100	Compra	13,760	1.430.407
30-Mar-06	20.572	Compra	13,875	1.450.979
3-Abr-06	13.766	Compra	13,979	1.464.745
4-Abr-06	70.500	Compra	14,070	1.535.245
20-Abr-06	26.125	Compra	14,500	1.561.370
21-Abr-06	375	Compra	15,620	1.561.745
27-Abr-06	-111.370	Venda	13,573	1.450.375
10-Mai-06	4.850	Compra	16,485	1.455.225
12-Mai-06	1.500	Compra	16,330	1.456.725
16-Mai-06	1.310	Compra	16,100	1.458.035
17-Mai-06	932	Compra	16,139	1.458.967
18-Mai-06	900	Compra	16,100	1.459.867
19-Mai-06	1.481	Compra	16,100	1.461.348
22-Mai-06	3.787	Compra	16,160	1.465.135
23-Mai-06	25.000	Compra	16,170	1.490.135
23-Mai-06	3.639	Compra	16,173	1.493.774
24-Mai-06	-75.237	Compra	16,750	1.418.537
24-Mai-06	-971	Compra	16,750	1.417.566
25-Mai-06	100	Compra	16,260	1.417.666
26-Mai-06	1.950	Compra	16,410	1.419.616
9-Jun-06	-1.071	Compra	15,876	1.418.545
13-Jun-06	1.550	Compra	16,070	1.420.095
19-Jun-06	325	Compra	16,070	1.420.420
20-Jun-06	15.000	Compra	16,070	1.435.420
20-Jun-06	100	Compra	16,070	1.435.520
22-Jun-06	2.000	Compra	16,070	1.437.520

JORGE REQUEJO LIBERAL

(na qualidade de membro do órgão de administração de Papeles y Cartones de Europa, S.A., sociedade dominante de Imocapital, SGPS S.A, que por sua vez detém 81,32% de Gescartão, SGPS, S.A. – estas operações sobre acções da Gescartão, SGPS, S.A. incluem as realizadas por Jorge Requejo Liberal directamente e pela sua cónjuge)

Data Operação	Número Títulos	Natureza Jurídica	Preço € / acc.	Títulos Acumulados
1-Fev-06	4.700	Compra	13,000	22.000
16-Mar-06	300	Compra	13,970	22.300
27-Abr-06	-6.600	Venda	15,500	15.700
13-Jun-06	-13.700	Venda	16,080	2.000

ÁNGEL FERNÁNDEZ GONZÁLEZ

(na qualidade de membro do órgão de administração de Papeles y Cartones de Europa, S.A., sociedade dominante de Imocapital, SGPS S.A, que por sua vez detém 81,32% de Gescartão, SGPS, S.A.)

Data Operação	Número Títulos	Natureza Jurídica	Preço € / acc.	Títulos Acumulados
3-Mar-06	150.000	Venda	13,500	150.000

**LISTA DOS TITULARES DE
PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS**

LISTA DOS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Nos termos do disposto nos art. 16º e 20º do Código de Valores Mobiliários e 8º do regulamento nº4/2004 da CMVM informamos que os titulares de participações qualificadas, de acordo com as notificações recebidas, são:

Detentores de capital	Acções detidas	% Capital	% de direitos de voto*
Papeles Y Cartones de Europa, S.A. – total imputado	17.953.934	89,84%	92,26%
Papeles Y Cartones de Europa, S.A.	84.842	0,42%	0,44%
Imocapital SGPS, S.A. (a)	16.251.722	81,32%	83,51%
Harpalus, S.L. (b)	1.437.520	7,19%	7,39%
D. Angel Fernandez Gonzalez (b)	150.000	0,75%	0,77%
Corporacion Oudaloi (b)	27.850	0,14%	0,14%
D. Jorge Requejo Liberal (b)	2.000	0,01%	0,01%

Nº Total de acções

19.985.000

Acções próprias

525.000

2,63%

* % de direitos de voto = nº acções detidas / (nº total de acções – acções próprias)

(a) Detida integralmente pela Papeles Y Cartones de Europa, S.A.

(b) Administradores da Papeles Y Cartones de Europa, S.A.

Mais se informa que, face às regras gerais de imputação de direitos de voto constantes do Código dos Valores Mobiliários, nomeadamente no nº. 1 do artigo 20º, e tendo também presente o Parecer Genérico sobre Imputação de Direitos de Voto a Fundos de Pensões, emitido pela CMVM em 26/05/2006 (cujo teor pode ser consultado em www.cmvm.pt – pareceres), à data de 30 de Junho de 2006, eram imputáveis ao Banco BPI, S.A. 7.550 acções detidas pelo Fundo de Pensões do Banco BPI, S.A., a que correspondem 0,038% do capital social da Gescartão, S.G.P.S., S.A.

Informa-se ainda que, fora do perímetro de imputação acima referido, a 30 de Junho de 2006, eram detidas por Fundos de Investimento geridos pela BPI Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. 65.551 acções da Gescartão, S.G.P.S., S.A., a que correspondem 0,328% do capital social.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 30 DE JUNHO DE 2006**

GESCARTÃO, SGPS, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 30 DE JUNHO DE 2006 E 31 DE DEZEMBRO DE 2005

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	30-Jun-06 (não auditado)	31-Dez-05
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Imobilizações corpóreas	3	141.623.125	141.772.449
Imobilizações incorpóreas	3	8.273.864	7.136.541
Diferenças de consolidação		4.953.269	4.953.268
Investimentos em empresas associadas		1.624.273	1.947.064
Investimentos		1.097.441	645.312
Activos por impostos diferidos		4.707.547	4.568.865
Outros activos não correntes		128.919	128.919
Total de activos não correntes		162.408.438	161.152.418
ACTIVOS CORRENTES:			
Existências		24.682.961	27.846.690
Clientes	4	35.914.305	33.071.371
Estado e outros entes públicos		6.113.824	9.672.562
Outras dívidas de terceiros	5	9.991.246	8.726.439
Outros activos correntes		340.599	239.882
Investimentos		-	-
Caixa e equivalentes de caixa	6	40.794.707	28.605.758
Total de activos correntes		117.837.642	108.162.702
ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA			
		565.000	565.000
Total do activo		280.811.080	269.880.120
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	7	99.925.000	99.925.000
Acções próprias	7	(7.049.640)	(3.152.348)
Reserva legal		7.994.816	7.344.051
Reservas de reavaliação		13.538.696	13.538.696
Outras reservas		47.541.939	40.910.571
Resultado líquido consolidado do exercício		7.046.600	7.282.133
		168.997.411	165.848.103
Interesses minoritários		284.123	318.216
Total do capital próprio		169.281.534	166.166.319
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos	8	35.579.310	26.634.843
Responsabilidades por pensões		10.137.686	9.464.432
Estado e outros entes públicos		542.999	630.553
Outros passivos não correntes		1.607.127	606.847
Passivos por impostos diferidos		3.784.436	3.857.616
Provisões	11	100.056	100.056
Total de passivos não correntes		51.751.614	41.294.347
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos	8	14.256.843	6.851.987
Fornecedores		20.159.103	29.767.053
Estado e outros entes públicos		6.368.830	4.948.337
Outras dívidas a terceiros	9	5.339.777	10.000.312
Outros passivos correntes	10	12.453.210	7.684.051
Provisões	11	1.200.169	3.167.714
Total de passivos correntes		59.777.932	62.419.454
Total do passivo e capital próprio		280.811.080	269.880.120

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

GESCARTÃO, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	30-Jun-06 (não auditado)	30-Jun-05
Proveitos operacionais:			
Vendas		111.356.840	89.186.570
Prestações de serviços		452.988	630.912
Outros proveitos operacionais	12	3.406.384	498.762
Total de proveitos operacionais		115.216.212	90.316.244
Custos operacionais:			
Custo das vendas		47.572.836	39.777.834
Variação da produção		1.556.668	(2.802.912)
Fornecimentos e serviços externos	13	25.621.377	19.887.386
Custos com o pessoal	14	17.862.102	14.503.882
Amortizações e depreciações		9.912.794	9.515.526
Provisões e perdas por imparidade		24.049	(8.045)
Outros custos operacionais	15	1.171.885	320.925
Total de custos operacionais		103.721.711	81.194.596
Resultados operacionais		11.494.501	9.121.648
Resultados financeiros	16	(1.672.665)	(801.548)
Resultados relativos a empresas associadas		(339.495)	(19.134)
Resultados relativos a investimentos		217.088	41.424
Resultados antes de impostos		9.699.429	8.342.390
Impostos sobre o rendimento		(2.686.922)	(2.401.196)
Resultados depois de impostos		7.012.507	5.941.194
Resultados de operações em descontinuação		-	(30.784)
Resultado líquido consolidado do exercício		7.012.507	5.910.410
Atribuível a:			
Accionistas da empresa-mãe		7.046.600	5.911.632
Accionistas minoritários		(34.093)	(1.222)
		7.012.507	5.910.410
Resultados por acção:			
Incluindo operações em descontinuação			
Básico		0,36	0,30
Diluído		0,36	0,30
Excluindo operações em descontinuação			
Básico		0,36	0,30
Diluído		0,36	0,30

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

GESCARTÃO SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em Euros)

	Atribuível aos accionistas da empresa-mãe						Interesses minoritários	Total do capital próprio	
	Capital social	Acções Próprias	Reserva legal	Reservas de reavaliação	Outras reservas	Resultado líquido			Total
	(Nota 7)	(Nota 7)							
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	99.925.000	-	6.408.896	13.538.696	31.265.837	10.606.560	161.744.989	391.888	162.136.877
Aplicação do resultado consolidado de 2004:									
Transferência para reserva legal	-	-	932.639	-	-	(932.639)	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para outras reservas	-	-	-	-	9.673.921	(9.673.921)	-	-	-
Aquisição/alienação de acções próprias	-	(1.423.886)			7.451	-	(1.416.435)	-	(1.416.435)
Resultado consolidado líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	-	-
findo em 30 de Junho de 2005	-	-	-	-	-	5.911.632	5.911.632	(1.222)	5.910.410
Outras variações	-	-	-	-	(34.109)	-	(34.109)	(60.026)	(94.135)
Saldo em 30 de Junho de 2005	<u>99.925.000</u>	<u>(1.423.886)</u>	<u>7.341.535</u>	<u>13.538.696</u>	<u>40.913.100</u>	<u>5.911.632</u>	<u>166.206.077</u>	<u>330.640</u>	<u>166.536.717</u>
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	99.925.000	(3.152.348)	7.344.051	13.538.696	40.910.571	7.282.133	165.848.103	318.216	166.166.319
Aplicação do resultado consolidado de 2005:									
Transferência para reserva legal	-	-	650.765	-	-	(650.765)	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	6.631.368	(6.631.368)	-	-	-
Aquisição/alienação de acções próprias	-	(3.897.292)	-	-	-	-	(3.897.292)	-	(3.897.292)
Resultado consolidado líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	-	-
findo em 30 de Junho de 2006	-	-	-	-	-	7.046.600	7.046.600	(34.093)	7.012.507
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de Junho de 2006	<u>99.925.000</u>	<u>(7.049.640)</u>	<u>7.994.816</u>	<u>13.538.696</u>	<u>47.541.939</u>	<u>7.046.600</u>	<u>168.997.411</u>	<u>284.123</u>	<u>169.281.534</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

GESCARTÃO, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE FLUXOS DE CAIXA

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	30-Jun-06 (não auditado)	30-Jun-05
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Fluxos das actividades operacionais		14.566.260	14.283.292
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		324.016	-
Imobilizações corpóreas		44.155	55.623
Juros e proveitos similares		317.710	104.472
		685.881	160.095
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(452.129)	(19.175.913)
Imobilizações corpóreas		(14.042.037)	(10.179.093)
Imobilizações incorpóreas		(130.816)	(81.162)
		(14.624.982)	(29.436.168)
Variação de empréstimos concedidos		40.950	28.406
Fluxos das actividades de investimento		(13.898.151)	(29.247.667)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e custos similares		(931.192)	(260.269)
Aquisição de acções próprias		(3.897.292)	(1.423.886)
		(4.828.484)	(1.684.155)
Variação de empréstimos obtidos		7.717.259	(1.247.580)
Fluxos das actividades de financiamento		2.888.775	(2.931.735)
Variação de caixa e seus equivalentes		3.556.884	(17.896.110)
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	6	26.052.640	7.798.024
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	6	29.609.524	(10.098.086)

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

GESCARTÃO, SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS RELATIVAS AO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2006

(Montantes expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

O Grupo Gescartão (Grupo) é composto pela Gescartão, SGPS, S.A., Sociedade Aberta, (“Sociedade” ou “Gescartão”), que tem a sua sede na Rua do Monte Grande, Guilhabreu, Vila do Conde, Portugal, criada em 31 de Maio de 1993, ao abrigo de Decreto-Lei n.º 39/93 de 13 de Fevereiro, como resultado do processo de reestruturação da Portucel – Empresa de Celulose e Papel de Portugal, S.A (Portucel), e pelas suas subsidiárias.

Em 3 de Março de 2000 a Imocapital, SGPS, S.A., sociedade que era detida em partes iguais pela Sonae Indústria, SGPS, S.A. e pela Papeles Y Cartones de Europa, S.A. (Europac), adquiriu 65% do capital da Gescartão. Em Julho de 2003, através de Oferta Pública de Venda, foram alienados pela Portucel, SGPS, S.A. os restantes 35% que detinha na Gescartão.

Em 11 de Fevereiro de 2005, a Sonae SGPS, S.A. e a Europac S.A. acordaram os termos para a alienação à Europac S.A. da totalidade da participação e créditos na Imocapital SGPS, S.A detidos pela primeira, bem como de acções representativas de 3,58% da Gescartão. A transacção da participação no capital da Imocapital, nos termos da legislação em vigor, foi autorizada pela Autoridade para a Concorrência em 07 de Abril de 2005. A operação foi concretizada em 19 de Abril de 2005.

O objecto social do Grupo consiste, sobretudo, na produção e comercialização de papéis para a produção de cartão canelado e na produção e comercialização de cartão canelado e de embalagens de cartão canelado, cabendo à Gescartão a gestão das participações sociais.

1. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E BASES DE APRESENTAÇÃO

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas apresentadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação ajustados de modo a reflectir os princípios de mensuração e reconhecimento das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS” – anteriormente designadas “Normas Internacionais de Contabilidade – IAS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) em vigor em 1 de Janeiro de 2006, tal como adoptadas pela União Europeia.

As demonstrações financeiras intercalares em 30 de Junho de 2006 são apresentadas de acordo com a disposições constantes da IAS 34 – “Relato Financeiro Intercalar”.

2. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o primeiro semestre de 2006 foi alienado 100% do capital social da Papelnova, assim como a participação de 40% que o grupo Gescartão detinha na Marimbal.

O efeito resultante da saída destas sociedades não é materialmente relevante para estas demonstrações financeiras, pelo que não é divulgado o respectivo impacto.

3. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E INCORPÓREAS

O detalhe das imobilizações corpóreas e incorpóreas em 30 de Junho 2006 e 31 de Dezembro de 2005 é o seguinte:

	30-Jun-06			31-Dez-05		
	Valor bruto	Amortizações e perdas de imparidade acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Amortizações e perdas de imparidade acumuladas	Valor líquido
Imobilizações corpóreas						
Terrenos e edifícios	98.733.557	40.857.875	57.875.682	98.691.128	39.016.618	59.674.510
Equipamento básico	265.615.590	203.185.368	62.430.222	266.436.494	197.368.285	69.068.209
Outras imobilizações corpóreas	29.999.742	26.818.754	3.180.988	29.748.418	26.276.617	3.471.801
Imobilizações em curso e adiantamentos	18.136.233	-	18.136.233	9.557.929	-	9.557.929
	<u>412.485.122</u>	<u>270.861.997</u>	<u>141.623.125</u>	<u>404.433.969</u>	<u>262.661.520</u>	<u>141.772.449</u>
Imobilizações incorpóreas						
Licenças de emissão de gases com efeito de estufa	3.771.949	-	3.771.949	2.688.619	-	2.688.619
Outras imobilizações incorpóreas	9.539.059	9.275.126	263.933	9.525.474	9.190.983	334.491
Imobilizações em curso	4.237.982	-	4.237.982	4.113.431	-	4.113.431
	<u>17.548.990</u>	<u>9.275.126</u>	<u>8.273.864</u>	<u>16.327.524</u>	<u>9.190.983</u>	<u>7.136.541</u>
	<u>430.034.112</u>	<u>280.137.123</u>	<u>149.896.989</u>	<u>420.761.493</u>	<u>271.852.503</u>	<u>148.908.990</u>

O movimento ocorrido no valor bruto das imobilizações corpóreas e incorpóreas e nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, durante os semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005, foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2005	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Variação de Perímetro	Saldo em 30-6-2006
Valor bruto	420.761.493	12.965.240	1.712.429	(1.980.192)	-	430.034.112
Amortizações acumuladas	271.852.503	9.912.796	1.624.742	(3.434)	-	280.137.123
Valor líquido	<u>148.908.990</u>					<u>149.896.989</u>

	Saldo em 31-12-2004	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Variação de Perímetro	Saldo em 30-6-2005
Valor bruto	366.701.631	9.481.929	115.791	-	21.524.008	397.591.777
Amortizações acumuladas	247.663.414	9.521.656	73.276	-	9.768.279	266.880.073
Valor líquido	<u>119.038.217</u>					<u>130.711.704</u>

No primeiro semestre de 2006, o movimento do valor bruto das imobilizações corpóreas e incorpóreas inclui, fundamentalmente, os seguintes impactos:

- na rubrica de "Aumentos":

- (i) Atribuição a título gratuito de licenças de emissão de CO₂ para o ano de 2006 (113.205 ton), as quais foram contabilizadas ao valor de mercado na data de atribuição, no montante de aproximadamente 3.050.000 Euros
- (ii) Projecto de aumento da capacidade de produção de fibra reciclada na Portucel Viana, para uma produção de 350Bdton/dia: cerca de 2.800.000 Euros
- (iii) Nova Caldeira de Biomassa da Portucel Viana Energia: cerca de 3.000.000 Euros

- na rubrica de "Transferências e abates", o valor diz respeito na quase totalidade à devolução, ao instituto do ambiente, de 82.844 ton de licenças correspondentes às emissões de CO₂ de 2005.

4. CLIENTES

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30-Jun-06	31-Dez-05
Cientes, conta corrente	35.411.633	32.296.917
Cientes, títulos a receber	80.027	470.972
Cientes de cobrança duvidosa	3.632.746	4.477.286
	<u>39.124.406</u>	<u>37.245.175</u>
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 11)	3.210.101	4.173.804
	<u>35.914.305</u>	<u>33.071.371</u>

No final de Dezembro de 2005 e Junho de 2006, a filial Portucel Viana – Empresa Produtora de Papéis Industriais, S.A. celebrou com uma instituição financeira contratos de cedência de créditos, sem recurso, no montante de 14.245.931 Euros e 17.998.538 Euros, respectivamente. Nos termos dos referidos contrato, os riscos e benefícios associados a aqueles créditos foram transferidos para a instituição financeira, pelo que, nos termos da IAS 39, aquele activo foi “desreconhecido” do balanço.

5. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30-Jun-06	31-Dez-05
EDIA	7.981.714	7.981.714
Devedores por venda de imobilizado	1.240.000	-
Outros devedores	794.619	769.812
	<u>10.016.333</u>	<u>8.751.526</u>
Perdas de imparidade acumuladas em outros devedores (Nota 11)	25.087	25.087
	<u>9.991.246</u>	<u>8.726.439</u>

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	30-Jun-06	31-Dez-05
Saldo devedor:		
Numerário	18.689	78.474
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	40.776.018	28.527.284
	<u>40.794.707</u>	<u>28.605.758</u>
Saldo credor:		
Descobertos bancários (Nota 8)	(11.185.183)	(2.553.118)
	<u>29.609.524</u>	<u>26.052.640</u>

7. CAPITAL SOCIAL E ACÇÕES PRÓPRIAS

Em 30 de Junho de 2006, o capital social da Gescartão, SGPS, S.A., totalmente subscrito e realizado, é composto por 19.985.000 acções com o valor nominal de 5 Euros cada. A Gescartão detinha, nessa data, 525.000 acções próprias (2,63% do capital social). A estrutura accionista era a seguinte:

Imocapital - SGPS, S.A.	16.251.722	81,32%
Acções próprias	525.000	2,63%
Accionistas diversos	3.208.278	16,05%
	<u>19.985.000</u>	<u>100,00%</u>

8. EMPRÉSTIMOS

				30-Jun-06			31-Dez-05		
				Montante utilizado			Montante utilizado		
	Entidade financiadora		Limite	Curto prazo	Médio e longo prazo	Total	Curto prazo	Médio e longo prazo	Total
Empréstimos de médio e longo prazo:									
Portucel Viana	BPI/IFADAP	(i)	n/a	604.313	-	604.313	604.313	604.313	1.208.626
Portucel Viana Energia	BCP	(ii)	30.000.000	-	20.800.000	20.800.000	-	12.700.000	12.700.000
Sulpac	BPI	(iii)	7.000.000	-	7.000.000	7.000.000	-	7.000.000	7.000.000
Fábrica de Papel do Ave	BCP	(iv)	3.000.000	-	3.000.000	3.000.000	-	3.000.000	3.000.000
Fábrica de Papel do Ave	BPI	(v)	5.000.000	-	5.000.000	5.000.000	-	3.500.000	3.500.000
				604.313	35.800.000	36.404.313	604.313	26.804.313	27.408.626
Empréstimos de curto prazo:									
Contas caucionadas/letras descontadas	Diversas			2.467.347	-	2.467.347	3.694.556	-	3.694.556
Descobertos bancários (Nota 6)	Diversas			11.185.183	-	11.185.183	2.553.118	-	2.553.118
				13.652.530	-	13.652.530	6.247.674	-	6.247.674
Encargos financeiros diferidos suportados na emissão de dívida bancária									
				-	(220.690)	(220.690)	-	(169.470)	(169.470)
Total				14.256.843	35.579.310	49.836.153	6.851.987	26.634.843	33.486.830

Os empréstimos de médio e longo prazo têm o seguinte plano de reembolso:

Entre 1 e 2 anos	3.375.000
Entre 2 e 3 anos	8.687.500
Entre 3 e 4 anos	9.750.000
Entre 4 e 5 anos	9.550.000
Entre 5 e 6 anos	3.375.000
Entre 6 e 7 anos	1.062.500
	<u>35.800.000</u>

9. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30-Jun-06	31-Dez-05
Fornecedores de imobilizado	3.986.345	9.392.340
Responsabilidades por emissão de gases com efeito de estufa	832.705	-
Outros credores	520.727	607.972
	<u>5.339.777</u>	<u>10.000.312</u>

10. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30-Jun-06	31-Dez-05
Justo valor de instrumentos financeiros derivados	2.070.688	1.005.623
Acréscimo de custos:		
Remunerações a liquidar	4.247.724	4.036.722
Outros	2.933.898	1.681.356
	<u>7.181.622</u>	<u>5.718.078</u>
Proveitos diferidos:		
Subsídios - licenças de emissão de gases com efeito de estufa	2.939.244	721.074
Outros	261.656	239.276
	<u>3.200.900</u>	<u>960.350</u>
	<u>12.453.210</u>	<u>7.684.051</u>

O Grupo pontualmente recorreu a instrumentos financeiros derivados de cobertura de taxa de juro, com o objectivo de gerir os seus riscos financeiros. Estes derivados encontram-se registados ao justo valor, com base em avaliações de entidade independente, o qual em 30 de Junho de 2006 correspondia a um passivo de 2.070.688 Euros.

Tendo em conta que os mesmos não cumprem os requisitos para serem classificados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa, as alterações no justo valor são reconhecidas directamente na Demonstração dos resultados, na rubrica de "Resultados financeiros" (Nota 16).

O valor registado em "Subsídios - licenças de emissão de gases com efeito de estufa" diz respeito às licenças atribuídas em 2005 e 2006 gratuitamente a empresas do grupo, no âmbito do PNALE (Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão), que ainda não foram utilizadas à respectiva data do balanço.

11. PROVISÕES E PERDAS DE IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas durante os semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005:

	Saldo em 31-Dez-05	Constituição/ reforço	Anulação	Utilização/ Reclassificação	Saldo em 30-Jun-06
Perdas de imparidade acumuladas em:					
contas a receber	4.629.838	59.747	(1.023.449)	-	3.666.136
outras	82.331	-	-	-	82.331
	<u>4.712.169</u>	<u>59.747</u>	<u>(1.023.449)</u>	<u>-</u>	<u>3.748.467</u>
Provisões acumuladas para:					
emissão de gases com efeito de estufa	1.967.545	-	-	(1.967.545)	-
outras	1.300.225	-	-	-	1.300.225
	<u>3.267.770</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.967.545)</u>	<u>1.300.225</u>
	<u>7.979.939</u>	<u>59.747</u>	<u>(1.023.449)</u>	<u>(1.967.545)</u>	<u>5.048.692</u>

	Saldo em 31-Dez-04	Constituição/ reforço	Anulação	Utilização	Variação de perímetro	Saldo em 30-Jun-05
Perdas de imparidade acumuladas em:						
contas a receber	1.447.389	10.023	(18.068)	(8.229)	3.093.735	4.524.850
outros	82.331	-	-	-	-	82.331
	<u>1.529.720</u>	<u>10.023</u>	<u>(18.068)</u>	<u>(8.229)</u>	<u>3.093.735</u>	<u>4.607.181</u>
Provisões acumuladas	<u>416.877</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(137.584)</u>	<u>(178.769)</u>	<u>100.524</u>
	<u>1.946.597</u>	<u>10.023</u>	<u>(18.068)</u>	<u>(145.813)</u>	<u>2.914.966</u>	<u>4.707.705</u>

As perdas de imparidade acumuladas encontram-se a deduzir ao valor do correspondente activo.

12. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

Em 30 de Junho de 2006 e 2005, a rubrica "Outros proveitos operacionais" apresentava a seguinte composição:

	30-Jun-06	30-Jun-05
Subsídios - licenças de emissão de gases com efeito de estufa	832.705	-
Trabalhos para a própria empresa	487.240	40.701
Proveitos suplementares	211.922	262.243
Subsídios ao investimento	126.629	151.211
Ganhos na alienação de imobilizações	1.208.086	5.270
Outros proveitos e ganhos operacionais	539.802	39.337
	<u>3.406.384</u>	<u>498.762</u>

O valor registado na rubrica de "Subsídios - licenças de emissão de gases com efeito de estufa" diz respeito à parcela das licenças recebidas gratuitamente, que foram utilizadas no primeiro semestre de 2006.

13. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 30 de Junho de 2006 e 2005, a rubrica "Fornecimentos e serviços externos" apresentava a seguinte composição:

	30-Jun-06	30-Jun-05
Transporte de mercadorias	6.522.937	5.222.064
Energia	7.023.704	4.085.093
Conservação e reparação	3.636.185	3.013.589
Trabalhos especializados	3.004.890	2.177.935
Outros	5.433.661	5.388.705
	<u>25.621.377</u>	<u>19.887.386</u>

14. CUSTOS COM O PESSOAL

Os custos agregados com o pessoal, em 30 de Junho de 2006 e 2005, são como segue:

	30-Jun-06	30-Jun-05
Remunerações	11.712.539	10.680.933
Encargos sociais	3.292.991	2.935.093
Encargos com pensões	673.253	713.928
Indemnizações	2.183.319	173.928
	<u>17.862.102</u>	<u>14.503.882</u>

O número médio de trabalhadores ao serviço das empresas incluídas na consolidação, durante o primeiro semestre de 2006, ascendeu a 945 (867 durante o mesmo período de 2005). Excluindo a Fábrica de Papel do Ave (a qual não fazia parte do perímetro de consolidação no primeiro semestre de 2005) o número médio de trabalhadores no primeiro semestre de 2006 seria 854.

15. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

Em 30 de Junho de 2006 e 2005, a rubrica "Outros custos operacionais" apresentava a seguinte composição:

	30-Jun-06	30-Jun-05
Emissão de gases com efeito de estufa	832.705	-
Outros	339.179	320.925
	<u>1.171.884</u>	<u>320.925</u>

A rubrica de "Emissão de gases com efeito de estufa" diz respeito ao custo associado às emissões reais de gases com efeito de estufa durante o primeiro semestre de 2006.

16. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005 têm a seguinte composição:

	30-Jun-06	30-Jun-05
Variação do justo valor de instrumentos financeiros derivados (Nota 10)	(1.065.065)	(657.648)
Juros e outros custos e proveitos financeiros	(607.600)	(143.900)
	<u>(1.672.665)</u>	<u>(801.548)</u>

17. TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Durante os primeiros semestres de 2006 e 2005 as transacções mais significativas efectuadas com entidades relacionadas foram as seguintes:

	30-Jun-06					30-Jun-05		
	Proveitos operacionais		Custos operacionais			Proveitos operacionais		Custos operacionais
		Outros proveitos operacionais		Fornecimentos e serviços externos	Aquisição de imobilizado			Fornecimentos e serviços externos
	Vendas		Compras			Vendas	Compras	
Papeles Y Cartones de Europa, S.A.	3.554.195	32.895	5.223.939	1.171.946	42.064	1.988.295	7.929.642	855.075
Trasloga, S.L.	318.357	76	6.949	-	-	1.256.554	-	-
	3.872.552	32.971	5.230.888	1.171.946	42.064	3.244.849	7.929.642	855.075

Durante o primeiro semestre de 2006 a Trasloga, S.L. fundiu-se na Papeles Y Cartones de Europa, S.A.

18. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Em 30 de Junho de 2006, foram consideradas três áreas de negócio principais:

- (i) Produção de papel para embalagens de cartão e/ou actividades conexas. Este segmento inclui as empresas Portucel Viana, Papelnova e Portucel España;
- (ii) Produção e comercialização de cartão canelado e embalagens de cartão, a qual abrange a Portucel Embalagem, a Lepe, a Emprobal, a Sulpac, a Fábrica de Papel do Ave e a Cartopor; e
- (iii) Produção de energia eléctrica e energia térmica, a qual inclui a Portucel Viana Energia.

As restantes empresas do Grupo desenvolvem actividades residuais.

A principal informação financeira acerca dos referidos segmentos de negócio e os respectivos contributos para as demonstrações financeiras consolidadas é a seguinte:

	30-6-2006					
	Papel	Embalagem	Energia	Outros	Eliminações	Consolidado
Vendas e prestações de serviços:						
Externas	57.716.326	38.829.545	14.810.969	452.988		
Inter-segmentais	15.401.874	456.544	10.033.126	2.376.739	(28.268.283)	
Vendas e prest. de serviços do segmento	<u>73.118.200</u>	<u>39.286.089</u>	<u>24.844.095</u>	<u>2.829.727</u>	<u>(28.268.283)</u>	<u>111.809.828</u>
Resultados segmentais/operacionais	<u>11.775.712</u>	<u>(2.536.392)</u>	<u>2.430.002</u>	<u>(24.716)</u>	<u>(150.105)</u>	<u>11.494.501</u>

	30-6-2005					
	Papel	Embalagem	Energia	Outros	Eliminações	Consolidado
Vendas e prestações de serviços:						
Externas	55.576.264	33.611.678	-	629.540		
Inter-segmentais	4.114.100	391.055	-	1.857.303	(6.362.458)	
Vendas e prest. de serviços do segmento	<u>59.690.364</u>	<u>34.002.733</u>	<u>-</u>	<u>2.486.843</u>	<u>(6.362.458)</u>	<u>89.817.482</u>
Resultados segmentais/operacionais	<u>8.692.169</u>	<u>119.210</u>	<u>-</u>	<u>310.269</u>	<u>-</u>	<u>9.121.648</u>

19. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Impostos:

A Gescartão procedeu em 24 de Março de 2006, à apresentação da impugnação judicial da liquidação adicional relativa declaração de grupo de 2001, a qual inclui, fundamentalmente, as seguintes correcções:

- Portucel Viana: não aceitação, pela administração tributária, do efeito da utilização, a partir de 2000, do regime intensivo previsto no artigo 9º do Decreto Regulamentar nº 2/90, de 12 de Junho, aplicável às reintegrações e amortizações de parte das suas imobilizações corpóreas, da qual resulta uma liquidação de aproximadamente 2.523.000 Euros;
- Portucel Embalagem: contestação da dedutibilidade das menos valias fiscais incorridas na sequência da alienação em 2001 da totalidade do capital social da Lepe – Empresa Portuguesa de Embalagens, S.A. à Gescartão, SGPS, S.A., à qual corresponde uma liquidação adicional de cerca de 2.972.000 Euros.

O Conselho de Administração entende que a fundamentação apresentada pela administração tributária não está de acordo com a legislação fiscal portuguesa, pelo que não foi constituída qualquer provisão nas demonstrações financeiras consolidadas anexas para fazer face a um eventual desfecho desfavorável relativo a este assunto.

Os restantes processos fiscais em curso não tiveram evoluções significativas face a 31 de Dezembro de 2005.

20. ENCERRAMENTO DA ACTIVIDADE DA LEPE – EMPRESA PRODUTORA DE EMBALAGENS, S.A.

Concretizando a deliberação do Conselho de Administração da Gescartão, de 31 de Março de 2006, procedeu-se ao encerramento da actividade produtiva da LEPE – Empresa Produtora de Embalagens, S.A.. O fim da actividade desta unidade produtiva terá como consequência, a melhoria da eficiência e competitividade das restantes unidades de produção da Gescartão, dado que está previsto que a produção da fábrica da Lepe seja assumida pelas restantes instalações produtivas do Grupo, incluindo a situada em Leiria, que se encontra a escassa distância da Lepe (cerca de 15 quilómetros).

Adicionalmente, convém sublinhar que a liquidação da LEPE, S.A. não implicará uma perda patrimonial no balanço consolidado da Gescartão, dado o valor mercado actual dos seus activos.

Tendo em conta que a sua actividade está a ser transferida para as restantes unidades fabris do Grupo, o encerramento desta unidade não cumpre os requisitos da IFRS 5 para ser classificada como Unidade Operacional Descontinuada.

Por outro lado, à data de 30 de Junho de 2006, os activos não correntes da Lepe não cumprem os requisitos necessários para serem classificados, de acordo com a IFRS 5, como detidos para venda, pelo não foram reclassificados para a rubrica de “Activos não correntes classificados como detidos para venda”.

21. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 25 de Setembro de 2006.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2006**

GESCARTÃO, S.G.P.S., S.A.

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em Euros)

		30-Jun-06 (não auditado)		30-Jun-05	
Activo	Notas	Activo bruto	Amortizações e ajustamentos	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:					
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação		26.560	26.560	-	-
Despesas de investigação e de desenvolvimento		75.439	75.439	-	-
	10	101.999	101.999	-	-
Imobilizações corpóreas:					
Equipamento básico		25	18	7	12
Equipamento de transporte	15	63.791	41.105	22.686	15.197
Equipamento administrativo		27.121	22.446	4.675	6.324
Outras imobilizações corpóreas		691	691	-	-
	10	91.628	64.260	27.368	21.533
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo		103.174.625	-	103.174.625	109.755.199
Títulos e outras aplicações financeiras		300.000	-	300.000	-
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros		652.129	-	652.129	-
	10 e 16	104.126.754	-	104.126.754	109.755.199
Circulante:					
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:					
Empresas do grupo	16	40.000.000	-	40.000.000	58.873.884
Dívidas de terceiros - Curto prazo:					
Clientes, c/c		-	-	-	137.445
Empresas do grupo	16	6.502.993	-	6.502.993	11.102.993
Estado e outros entes públicos	28	301.350	-	301.350	26.266
Outros devedores	16	54.444	-	54.444	18.108
		6.858.787	-	6.858.787	11.284.812
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos bancários	17	18.603.623		18.603.623	238.713
Caixa	17	500		500	500
		18.604.123		18.604.123	239.213
Acréscimos e diferimentos:					
Acréscimos de proveitos	16 e 48	1.819.466		1.819.466	2.284.722
Custos diferidos	48	70.219		70.219	68.385
Activos por impostos diferidos	6 e 48	341.521		341.521	1.522.642
		2.231.206		2.231.206	3.875.749
Total de amortizações			166.259		
Total de ajustamentos			-		
Total do activo			172.014.497	171.848.238	184.050.390

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 30 de Junho de 2006.

GESCARTÃO, S.G.P.S., S.A.

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em Euros)

<u>Capital próprio e passivo</u>	<u>Notas</u>	<u>30-Jun-06 (não auditado)</u>	<u>30-Jun-05</u>
Capital próprio:			
Capital	36, 37 e 40	99.925.000	99.925.000
Acções próprias - valor nominal	40	(2.625.000)	(644.355)
Acções próprias - descontos e prémios	40	(4.424.640)	(779.531)
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	40	11.559.885	15.587.727
Reservas:			
Reservas legais	40	3.329.399	2.979.841
Outras reservas	40	7.451	7.451
Resultados transitados	40	55.124.223	48.482.614
Sub-total		<u>162.896.318</u>	<u>165.558.747</u>
Resultado líquido do exercício	40	1.494.662	5.384.735
Total do capital próprio		<u>164.390.980</u>	<u>170.943.482</u>
Passivo:			
Dívidas a terceiros - Curto prazo:			
Dívidas a instituições de crédito	17	6.399.676	12.073.645
Fornecedores, c/c	16	146.275	51.097
Empresas do grupo	16	466.326	373.968
Fornecedores de imobilizado, c/c		34.044	18.575
Estado e outros entes públicos	28	197.372	181.677
Outros credores	16	63.304	72.338
		<u>7.306.997</u>	<u>12.771.300</u>
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de custos	48	144.463	317.455
Passivos por impostos diferidos	6 e 48	5.798	18.153
		<u>150.261</u>	<u>335.608</u>
Total do passivo		<u>7.457.258</u>	<u>13.106.908</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>171.848.238</u>	<u>184.050.390</u>

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 30 de Junho de 2006.

GESCARTÃO, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS	Notas	30-Jun-06 (não auditado)	30-Jun-05
Fornecimentos e serviços externos	16	1.386.916	872.930
Custos com o pessoal:			
Remunerações		189.521	132.651
Encargos sociais:			
Pensões	31	11.377	2.046
Outros		45.662	36.779
Amortizações e ajustamentos do exercício	10	9.009	5.894
Provisões		-	-
Impostos		202	8.075
Outros custos e perdas operacionais		50	-
(A)		1.642.737	1.058.375
Perdas em empresas do grupo e associadas	45	-	957.009
Juros e custos similares:			
Relativos a empresas do grupo		-	-
Outros	45	48.233	32.967
(C)		1.690.970	2.048.351
Custos e perdas extraordinários	46	170	172
(E)		1.691.140	2.048.523
Impostos sobre o rendimento do exercício			
Imposto corrente	6	-	-
Imposto diferido	6	546.946	742.139
(G)		2.238.086	2.790.662
Resultado líquido do exercício	40	1.494.662	5.384.735
		3.732.748	8.175.397
Resultados operacionais:	(B) - (A)	(52.237)	141.625
Resultados financeiros	(D-B) - (C-A)	2.092.258	5.912.985
Resultados correntes:	(D) - (C)	2.040.021	6.054.610
Resultados antes de impostos:	(F) - (E)	2.041.608	6.126.874
Resultado líquido do exercício:	(F) - (G)	1.494.662	5.384.735

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração de resultados por naturezas para o exercício findo em 30 de Junho de 2006.

GESCARTÃO. S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em Euros)

PROVEITOS E GANHOS	Notas	30-Jun-06 (não auditado)		30-Jun-05	
Prestações de serviços	16	<u>1.537.500</u>	1.537.500	<u>1.200.000</u>	1.200.000
Outros proveitos operacionais		<u>53.000</u>	53.000	-	-
(B)			1.590.500		1.200.000
Ganhos em empresas do grupo e associadas	45	-		4.385.194	
Outros juros e proveitos similares:					
Relativos a empresas do grupo	16 e 45	2.078.864		2.513.639	
Outros	45	<u>61.627</u>	2.140.491	<u>4.128</u>	6.902.961
(D)			3.730.991		8.102.961
Proveitos e ganhos extraordinários	46		<u>1.757</u>		<u>72.436</u>
(F)			<u>3.732.748</u>		<u>8.175.397</u>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração de resultados por naturezas para o exercício findo em 30 de Junho de 2006.

GESCARTÃO, SGPS, S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2006

(Montantes expressos em Euros)

NOTA 1 – INTRODUÇÃO

A GESCARTÃO, SGPS, S.A., Sociedade Aberta, (adiante designada por “Gescartão” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 31 de Maio de 1993, ao abrigo de Decreto-Lei n.º 39/93, de 13 de Fevereiro, como resultado do processo de reestruturação da Portucel – Empresa de Celulose e Papel de Portugal, S.A. (Portucel) e de que resultou, também, a Portucel – Empresa de Celulose e Papel de Portugal, SGPS, S.A. (Portucel SGPS). A Empresa tem como principal actividade a gestão de participações sociais.

Em 3 de Março de 2000 a Imocapital, SGPS, S.A., sociedade que era detida em partes iguais pela Sonae Indústria, SGPS, S.A. e pela Papeles Y Cartones de Europa, S.A. (Europac), adquiriu 65% do capital da Gescartão. Em Julho de 2003, através de Oferta Pública de Venda, foram alienados pela Portucel, SGPS, S.A. os restantes 35% que detinha na Gescartão.

Em 11 de Fevereiro de 2005, a Sonae SGPS, S.A. e a Europac S.A. acordaram os termos para a alienação à Europac S.A. da totalidade da participação e créditos na Imocapital SGPS, S.A. detidos pela primeira, bem como de acções representativas de 3,58% da Gescartão. A transacção da participação no capital da Imocapital foi sujeita, nos termos da legislação em vigor, a autorização da Autoridade para a Concorrência, autorização que veio a ser emitida em 07 de Abril de 2005. A operação foi concretizada em 19 de Abril de 2005.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC). As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a apreciação das Demonstrações Financeiras anexas.

NOTA 2 – VALORES COMPARATIVOS

A Empresa alterou a política de contabilização dos investimentos em empresas do grupo e associadas (Nota 3.d)), os quais deixaram de ser contabilizados a partir de 1 de Janeiro de 2006 pelo método da equivalência patrimonial e passaram a ser registados ao custo de aquisição e, no caso das participações financeiras adquiridas antes de 1 de Janeiro de 2006, ao valor líquido contabilístico em 31 de Dezembro de 2005, ou pelo seu valor estimado de realização, quando este é mais baixo.

Caso tivesse mantido o critério da equivalência patrimonial, os resultados financeiros da Gescartão, SGPS (Nota 45) e o valor da rubrica de “Partes de capital em empresas do grupo” (Nota 10) seriam superiores em Euros 2.971.258.

As restantes práticas e políticas contabilísticas não sofreram alterações, pelo que os restantes valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do exercício anterior.

NOTA 3 – BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas correspondem a despesas de investigação e desenvolvimento e a despesas de instalação, sendo amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de 3 anos.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas em base anual, pelo método das quotas constantes, a partir do exercício, inclusive, em que os respectivos bens entram em funcionamento, utilizando-se de entre as taxas permitidas pela legislação fiscal em vigor, as que permitam a reintegração do imobilizado, durante a sua vida útil estimada. As taxas de amortização actualmente em utilização correspondem às seguintes vidas úteis estimadas médias:

	Anos de vida útil
Equipamento básico	5
Equipamento transporte	4
Equipamento administrativo	4-8

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são registados como custos do exercício em que são ocorridos.

c) Contratos de locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira e/ou outros equiparados, de acordo com o previsto na Directriz Contabilística n.º 25, bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. Os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 3 b), são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

d) Investimentos financeiros

Os investimentos em empresas do grupo e associadas encontram-se apresentados ao custo de aquisição e, no caso das participações financeiras adquiridas antes de 1 de Janeiro de 2006, ao valor líquido contabilístico em 31 de Dezembro de 2005 (o qual inclui o custo histórico e os movimentos posteriores de equivalência patrimonial, incluindo o valor do goodwill líquido das amortizações efectuadas), ou pelo seu valor estimado de realização, quando este é mais baixo.

e) Especialização de exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas, são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos, sendo apresentado na Nota 48 um detalhe das mesmas.

f) Fundo de Pensões

Nos termos do Regulamento dos Benefícios Sociais em vigor, os empregados têm direito após a passagem à reforma ou em situação de invalidez, a um complemento mensal de pensão de reforma ou de invalidez.

Esse complemento está definido de acordo com uma fórmula que tem em consideração uma remuneração mensal ilíquida actualizada para a categoria profissional do empregado à data da reforma e o número de anos de serviço, no máximo de 30, sendo ainda garantidas pensões de sobrevivência ao cônjuge e a descendentes directos.

A cobertura destas responsabilidades é assegurada por um fundo de pensões autónomo, denominado Fundo de Pensões Gescartão, gerido por entidade externa. O Fundo de Pensões Gescartão foi constituído em 14 de Agosto de 2004, em resultado da sua separação do Fundo de Pensões Portucel.

A fim de estimar as responsabilidades pelo pagamento dos referidos complementos de pensões de reforma ou de invalidez, a Empresa segue o procedimento de obter semestralmente cálculos actuariais das mesmas.

A Empresa adopta como política contabilística para o reconhecimento das suas responsabilidades por estes complementos, os critérios consagrados na Directriz Contabilística n.º 19, emanada pela Comissão de Normalização Contabilística (Nota 31).

g) Indemnizações pela cessação por mútuo acordo de contratos de trabalho

Os encargos associados a indemnizações pagas a trabalhadores pela cessação por mútuo acordo de contratos de trabalho são registadas, como custo extraordinário, no exercício em que o respectivo acordo produz efeitos. Caso o acordo não seja assinado no mesmo exercício em que produz efeitos, é constituída uma provisão para fazer face às responsabilidades assumidas pela Empresa.

h) Imposto sobre o rendimento

O encargo com o imposto sobre o rendimento é apurado tendo em consideração as disposições do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

A Empresa regista nas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificaram entre os resultados anuais determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, em conformidade com o disposto na Directriz Contabilística n.º 28 (Nota 6).

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e, ou, para reduzir o montante dos impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

Em Março de 2001, o conjunto de empresas dominadas pela Gescartão aderiu, nos termos da legislação então em vigor, ao Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), mediante o qual o imposto sobre o rendimento incide sobre a soma das matérias colectáveis das empresas incluídas no grupo fiscal. Consequentemente, essas empresas transferem os saldos com o Estado, relativos ao imposto sobre o rendimento para a Gescartão, pois cabe à empresa-mãe o pagamento do imposto do grupo.

À data de 30 de Junho de 2006, integravam o perímetro fiscal, para além da Gescartão SGPS, as seguintes subsidiárias: Celnave, Celpap, Lepe, Portucel Embalagem, Portucel Viana, Portucel Viana Energia e Sulpac.

NOTA 6 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos e deste modo, a situação fiscal dos anos de 2002 a 2005 poderá ainda vir a ser sujeita a revisão e eventuais correcções. O Conselho de Administração entende que as eventuais correcções resultantes de revisões por parte da administração tributária à situação fiscal e parafiscal da Empresa em relação aos exercícios em aberto não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Nos termos do artigo 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

A Empresa regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporais que se verificam entre os resultados anuais determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal (Nota 3.h)). O imposto sobre o rendimento apurado no exercício, inclui o efeito do imposto gerado pelas diferenças temporais e é composto como segue – débito/(crédito):

	Activos por Impostos diferidos (Nota 48)	Passivos por Impostos diferidos (Nota 48)	Demonstração dos resultados Impostos sobre o rendimento
i) <u>Impostos diferidos:</u>			
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	891.595	(8.926)	-
Variação do Fundo de Pensões: Euros (11.377)	-	3.128	(3.128)
Utilização de prejuízos fiscais gerados em exercícios anteriores: Euros 2.000.271	(550.074)	-	550.074
Saldo em 30 de Junho de 2005	<u>341.521</u>	<u>(5.798)</u>	<u>546.946</u>
ii) <u>Impostos correntes:</u>			
Tributação autónoma			-
			-
Impostos sobre o rendimento			<u>546.946</u>

NOTA 7 – NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante os primeiros semestres de 2006 e 2005, a Empresa teve ao seu serviço, em média 8 e 6 empregados, respectivamente.

Por categorias:

▪ Quadros:	4
▪ Técnicos:	2
▪ Administrativos:	2

NOTA 10 – MOVIMENTOS NO ACTIVO IMOBILIZADO

	Saldo a 31-Dez-05	Aumentos	Alienações e abates	Equivalência patrimonial	Saldo a 30-Jun-06
ACTIVO BRUTO					
Imobilizações incorpóreas					
Despesas de instalação	26.560	-	-	-	26.560
Despesas de investigação e de desenvolvimento	75.439	-	-	-	75.439
	<u>101.999</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>101.999</u>
Imobilizações corpóreas					
Equipamento básico	25	-	-	-	25
Equipamento de transporte	63.791	-	-	-	63.791
Equipamento administrativo	27.121	-	-	-	27.121
Outras imobilizações corpóreas	691	-	-	-	691
	<u>91.628</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>91.628</u>
Investimentos financeiros					
Partes de capital em empresas do grupo	105.690.863	-	(97.196)	(2.419.042)	103.174.625
Títulos e outras aplicações financeiras	300.000	-	-	-	300.000
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	200.000	452.129	-	-	652.129
	<u>106.190.863</u>	<u>452.129</u>	<u>(97.196)</u>	<u>(2.419.042)</u>	<u>104.126.754</u>
	<u>106.384.490</u>	<u>452.129</u>	<u>(97.196)</u>	<u>(2.419.042)</u>	<u>104.320.381</u>

A variação na rubrica de "Partes de capital em empresas do grupo" analisa-se como segue:

Alienações e abates:

Alienação de 100% da participação na Papelnova (Nota 46) 97.196

Movimentos de equivalência patrimonial:

Dividendos pagos pela Portucel Viana (2.419.042)
(2.321.846)

Na contabilização dos investimentos em partes de capital em empresas do grupo e associadas passou a ser adoptado, desde 1 de Janeiro de 2006, o custo de aquisição em detrimento do método de equivalência patrimonial (MEP). Os dividendos pagos em 2006 dizem respeito a resultados de 2005, pelo que já foram reconhecidos com rendimento nesse exercício de acordo com o MEP. Assim, o valor dos dividendos foi deduzido ao montante da participação financeira, não tendo sido registados com proveito financeiro de 2006.

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo a 31-Dez-05	Reforço	Reduções/ Regularizações	Saldo a 30-Jun-06
Imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação	26.560	-	-	26.560
Despesas de investigação e de desenvolvimento	75.439	-	-	75.439
	101.999	-	-	101.999
Imobilizações corpóreas				
Equipamento básico	15	3	-	18
Equipamento de transporte	33.132	7.973	-	41.105
Equipamento administrativo	21.413	1.033	-	22.446
Outras imobilizações corpóreas	691	-	-	691
	55.251	9.009	-	64.260
	157.250	9.009	-	166.259

NOTA 15 - VALOR DOS BENS UTILIZADOS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 30 de Junho de 2006, a Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	Data de início do contrato	Valor de mercado dos bens no início do contrato	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Período do contrato (meses)
Equipamento de transporte	2003	31.730	27.763	3.967	48
Equipamento de transporte	2005	26.785	10.044	16.741	48
		58.515	37.807	20.708	

NOTA 16 – EMPRESAS DO GRUPO E RELACIONADAS

- a) A composição em 30 de Junho de 2006 e de 2005, das partes de capital em Empresas do Grupo e Associadas e a principal informação financeira relativa a essas empresas é como segue:

	Sede social	Total do activo	Capitais próprios	Resultado líquido	% capital detido	Valor de balanço
Portucel Viana	Viana do Castelo	142.502.985	71.756.813	6.579.397	100%	65.116.164
Portucel Embalagem	Albaraque	44.991.999	15.166.847	(193.831)	100%	15.360.678
Lepe	Marinha Grande	2.710.314	417.348	(173.022)	100%	1.034.299
Sulpac	Mourão	10.969.247	2.469.451	(669.292)	100%	3.138.743
Investalentejo	Vila do Conde	60.117.046	3.184.850	(665.676)	51%	1.963.769
Portucel España	Madrid	165.564	165.563	-	100%	165.563
Fábrica de Papel do Ave	Ovar	17.370.028	2.955.944	(2.235.566)	100%	16.395.409
						<u>103.174.625</u>

A Empresa prepara demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) cujos principais indicadores são como segue:

Total do activo	280.811.080
Total do capital próprio	169.281.543
Total de proveitos operacionais	115.216.212
Resultado líquido	7.046.600

- b) Os saldos em 30 de Junho de 2005 e as transacções efectuadas, durante o semestre findo naquela data, com as principais empresas do grupo e relacionadas são os seguintes:

	Activo				Passivo			
	Empresas do grupo CP	Empresas do grupo MLP	Outros devedores	Acréscimos de Proveitos (Nota 48)	Fornecedores	Empresas do grupo CP	Outros credores	Acréscimos de Custos (Nota 48)
Empresas do grupo e relacionadas:								
Portucel Embalagem - Empresa Produtora de Embalagens de Cartão, S.A.	6.500.000	-	29.218	20.953	-	-	1.287	27.500
Portucel Viana - Empresa Produtora de Papéis Industriais, S.A.	-	2.993	40.000.000	18.965	1.798.514	-	-	-
Sulpac - Empresa Produtora de Embalagens de Cartão, S.A.	-	-	481	-	-	465.769	-	-
Emprobal - Empresa de Produção e Comercialização de Embalagens, Lda.	-	-	410	-	-	-	-	-
Fábrica de Papel do Ave, S.A.	-	-	458	-	-	-	-	-
Papelnova - Recolha e Recuperação de Desperdícios, S.A.	-	-	-	-	-	557	-	-
Europac - Papéis Y Cartones de Europa	-	-	-	-	51.068	-	-	-
	<u>6.502.993</u>	<u>40.000.000</u>	<u>49.532</u>	<u>1.819.467</u>	<u>51.068</u>	<u>466.326</u>	<u>1.287</u>	<u>27.500</u>

	Transacções		
	Fornecimentos e serviços externos	Prestação de Serviços	Juros e proveitos financeiros (Nota 45)
Empresas do grupo e relacionadas			
Portucel Embalagem - Empresa Produtora de Embalagens de Cartão, S.A.	27.500	401.500	98.240
Portucel Viana - Empresa Produtora de Papéis Industriais, S.A.	-	783.000	1.980.623
Portucel Viana Energia - Empresa de Cogeração Energética, S.A.	-	165.500	-
Lepe - Empresa Portuguesa de Embalagens, S.A.	-	25.000	-
Sulpac - Empresa Produtora de Embalagens de Cartão, S.A.	-	38.000	-
Fábrica de Papel do Ave, S.A.	-	111.500	-
Celpap - Terminal de Celulose e Papel de Portugal, Lda.	-	8.000	-
Celnave - Agência de Navegação, Lda.	-	5.000	-
Europac - Papéis Y Cartones de Europa	1.022.000	-	-
	<u>1.049.500</u>	<u>1.537.500</u>	<u>2.078.863</u>

A rubrica “Empresas do grupo – CP” do Activo inclui: (i) um empréstimo concedido à Portucel Embalagem, no montante de Euros 6.500.000, que vence juros a taxas de mercado. A rubrica “Empresas do grupo-CP”

do Passivo considera os montantes relativos a pagamentos por conta transferidos para a Gescartão pelas suas dominadas no âmbito do RETGS.

O saldo da rubrica “Empresas do grupo – MLP”, refere-se a um contrato de suprimentos celebrado com a Portucel Viana, o qual tem duração de 10 anos e vence juros calculados a uma taxa de base de 4,5% acrescido de uma margem de 4 p.p. fixada em função da notação do rating atribuído pela Companhia Portuguesa de Rating. O montante dos juros apurados no primeiro semestre de 2006 relativos a este empréstimo ascendeu a Euros 1.980.623.

NOTA 17 – CAIXA E EQUIVALENTES

Em 30 de Junho de 2006 e 2005, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Jun-06	Jun-05
Numerário	500	500
Depósitos bancários à ordem	1.272.623	238.713
Depósitos bancários a prazo	17.331.000	-
Descobertos bancários	(6.399.676)	(12.073.645)
	<u>12.204.447</u>	<u>(11.834.432)</u>

NOTA 28 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 30 de Junho de 2006 e 2005, não existiam dívidas em situação de mora com o Estado e outros Entes públicos. Os saldos com estas entidades eram os seguintes:

	Saldos devedores		Saldos credores	
	Jun-06	Jun-05	Jun-06	Jun-05
Imposto sobre o Valor Acrescentado	15.410	26.119	145.198	149.858
Imposto sobre o rendimento das				
Pessoas Colectivas	285.940	147	38.726	2.993
Segurança Social	-	-	7.828	8.008
Retenções de Imposto sobre o				
Rendimento	-	-	5.620	20.818
	<u>301.350</u>	<u>26.266</u>	<u>197.372</u>	<u>181.677</u>

NOTA 31 – COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS

a) Complementos de pensões de reforma e sobrevivência

Conforme referido na Nota 3 f), a Empresa assumiu a responsabilidade pelo pagamento de complementos de pensões de reforma por invalidez ou velhice e pensões de sobrevivência.

Os estudos actuariais desenvolvidos por entidade independente, com referência a 30 de Junho de 2006 e a 30 de Junho de 2005, para efeitos de apuramento nessas datas das responsabilidades acumuladas tiveram por base os seguintes pressupostos:

	Jun-06	Jun-05
Tábua de mortalidade	GRM 80	GRM 80
Tábua de invalidez	EKV - 80 - Suíça	EKV - 80 - Suíça
Taxa de desconto	5,25%	6,00%
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	2,00%	2,00%

Em 30 de Junho de 2006 e 2005 a cobertura das responsabilidades da Empresa pelos activos do fundo analisa-se como se segue:

	Jun-06	Jun-05
Responsabilidade por serviços passados:		
Colaboradores no activo	101.804	50.812
Valor do Fundo afecto à cobertura das responsabilidades da Empresa	122.887	116.824
Excesso/(défice) de cobertura (Nota 48)	21.083	66.012
Percentagem de cobertura	121%	230%

A Empresa adopta como política contabilística para reconhecimento das suas responsabilidades por estes complementos, os critérios consagrados na Directriz Contabilística n.º 19, aprovada pelo Conselho Geral da Comissão de Normalização Contabilística em 21 de Maio de 1997.

Em consequência, a variação no valor do Fundo de Pensões face ao valor das responsabilidades por serviços passados apurada entre 1 de Janeiro e 30 de Junho de 2006, no montante de Euros 11.377, foi registada a crédito da rubrica de "Custos diferidos" por contrapartida da rubrica de "Custos com o pessoal".

Os valores registados nos exercícios findos em 30 de Junho de 2006 e 30 de Junho de 2005 na rubrica de custos com o pessoal têm a seguinte composição:

	Jun-06	Jun-05
Custo com os serviços correntes	7.778	4.598
Custo financeiro	2.728	1.602
Transferências	-	-
Rendimentos dos activos do plano	(2.039)	(4.538)
(Ganhos) e perdas actuariais	2.910	384
	11.377	2.046

NOTA 36 – DECOMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Em 30 de Junho de 2005, o capital social da Empresa é composto por 19.985.000 acções com o valor nominal de 5 Euros cada.

NOTA 37 – IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO

Em 30 de Junho de 2006, o capital era detido em 81,32% pela Imocapital, SGPS, S.A.

NOTA 40 – VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o semestre findo em 30 de Junho de 2006 foi como se segue:

	Saldo inicial	Aumentos/ (Diminuições)	Transfe- rências	Saldo final
Capital social	99.925.000	-	-	99.925.000
Ações Próprias - Val. Nominal	(1.430.075)	(1.194.925)	-	(2.625.000)
Ações Próprias - Desc. Prémios	(1.722.273)	(2.702.367)	-	(4.424.640)
Ajustamentos de partes de capital em empresas filiais e associadas	11.559.885	-	-	11.559.885
Reservas legais	2.979.841	-	349.558	3.329.399
Reservas Livres	7.451	-	-	7.451
Resultados transitados	48.482.614	-	6.641.609	55.124.223
Resultado líquido:				
Exercício de 2005	6.991.167	-	(6.991.167)	-
1.º Semestre de 2006	-	1.494.662	-	1.494.662
	166.793.610	(2.402.630)	-	164.390.980

De acordo com a legislação vigente e os seus estatutos, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reserva legal, no mínimo, 5% do resultado líquido anual até que a mesma atinja 20% do capital social. Esta reserva não pode ser distribuída aos accionistas, podendo contudo, ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.

NOTA 45 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros para os semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005 têm a seguinte composição:

	Jun-06	Jun-05		Jun-06	Jun-05
Custos e Perdas			Proveitos e Ganhos		
Perdas em empresas do grupo	-	957.009	Ganhos em empresas do grupo	-	4.385.194
Juros suportados	4.552	28.059	Juros recebidos (Nota 16)	2.140.491	2.513.639
Outros custos e perdas financeiras	43.681	4.908	Outros proveitos e ganhos financeiros	-	4.128
	48.233	989.976			
Resultados financeiros	2.092.258	5.912.985			
	2.140.491	6.902.961		2.140.491	6.902.961

NOTA 46 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários para os semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005 têm a seguinte composição:

<u>Custos e perdas</u>	Jun-06	Jun-05	<u>Proveitos e ganhos</u>	Jun-06	Jun-05
Correcções relativas a exerc. anteriores	-	172	Ganhos em imobilizações	-	48.164
Outros custos e perdas extraordinários	170	-	Correcções relativas a exerc. anteriores	-	23.118
	170	172	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.757	1.154
Resultados extraordinários	1.587	72.264			
	1.757	72.436		1.757	72.436

O montante registado na rubrica “Ganhos em imobilizações” diz respeito à mais-valia obtida na alienação de 49% da participação financeira na Investalentejo, SGPS, S.A.(Nota 10).

NOTA 48 – ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 30 de Junho de 2006 e 2005, os saldos destas rubricas apresentavam a seguinte composição:

	Jun-06	Jun-05
Acréscimo de proveitos		
Juros a receber (Nota 16)	1.819.466	2.884.722
Serviços de consultoria e gestão	-	-
	<u>1.819.466</u>	<u>2.884.722</u>
Custos diferidos		
Fundo de pensões (Nota 31)	21.082	66.012
Outros	49.137	2.373
	<u>70.219</u>	<u>68.385</u>
Activos por impostos diferidos (Nota 6)	<u>341.521</u>	<u>1.522.642</u>
Acréscimos de custos		
Serviços de consultoria e gestão	-	220.000
Encargos com férias, subsídio de férias e prémios	104.980	43.101
Outros (Nota 16)	39.483	54.354
	<u>144.463</u>	<u>317.455</u>
Passivos por impostos diferidos (Nota 6)	<u>5.798</u>	<u>18.153</u>

NOTA 49 – OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES

(i) Decreto-Lei nº. 19/2003, de 3 de Fevereiro

Em virtude do encerramento da unidade fabril em Mourão, em Abril de 2001, a actividade da Portucel Recicla ficou, desde 2002, essencialmente circunscrita ao projecto da nova fábrica de papel reciclado em Mourão, obrigação decorrente do Decreto-Lei nº. 364/99, em consequência da construção da Barragem do Alqueva.

Desde o início de 2002, que o projecto da nova fábrica se encontrava total e detalhadamente definido, estando o começo da sua implementação apenas dependente da contratualização adequada da disponibilidade, em tempo útil, das infra-estruturas energéticas necessárias, a construir por terceiros.

O Decreto-Lei nº 19/2003, de 3 de Fevereiro, veio modificar os termos do Contrato de compra e venda das acções representativas da Gescartão, tendo a Imocapital assumido, através de sociedade que com ela se encontra em situação de domínio, em substituição das obrigações constantes dos artigos 26º e 27º do Caderno de Encargos anexo ao DL nº364/99, as seguintes obrigações:

- construção e instalação de uma unidade fabril destinada à indústria de papel, que represente um montante de investimento no valor de 125 milhões de euros e entrada em funcionamento da mesma no prazo de 24 meses após o licenciamento da construção e laboração, devendo o respectivo pedido inicial de licenciamento, ser apresentado no prazo máximo de 2 meses após a entrada em vigor do novo Decreto-Lei. O montante de 125 milhões incluirá quaisquer investimentos necessários à captação de água, produção de energia, cumprimento de requisitos ambientais e outros investimentos que melhorem a competitividade e eficiência do complexo industrial de Viana do Castelo;
- realização, no prazo de 9 meses após o respectivo licenciamento, de um investimento industrial no concelho de Mourão, que represente um montante de investimento do valor mínimo de 10 milhões de euros, devendo o pedido inicial de licenciamento, ser apresentado no prazo máximo de 2 meses após a entrada em vigor do Decreto-Lei;
- realização, no prazo máximo de 36 meses a contar da entrada em vigor do referido Decreto-Lei, de investimentos no sector agrícola, agro-industrial, industrial ou serviços, incluindo turismo, no montante global de 40 milhões euros, os quais poderão ser concretizados através de um ou mais fundos de capital de risco e/ou uma ou mais sociedades de capital de risco, já existentes ou a

constituir pela Imocapital, vocacionados para investimento em participações no sector agrícola, agro-industrial, industrial ou serviços, incluindo turismo.

Relativamente à nova unidade fabril destinada à indústria de papel não existiu, no 1º semestre de 2006, evolução significativa face à situação reportada no final do exercício de 2005.

Com o objectivo de implementar uma unidade fabril de produção de embalagens na Zona Industrial de Mourão, a Gescartão constituiu a Sulpac – Empresa Produtora de Embalagens de Cartão S.A.. O pedido inicial de licenciamento da unidade industrial foi apresentado junto da Direcção Regional do Alentejo do Ministério da Economia em 31 de Março de 2003, e o licenciamento da obra consta de Ofício emitido pela Câmara Municipal de Mourão em 17 de Dezembro de 2003. A Sulpac iniciou a sua actividade comercial ainda durante o ano de 2003. A primeira embalagem foi produzida em 18 de Maio de 2004, com o início da fase de testes. No dia 16 de Fevereiro de 2005 foi enviado, ao Ministério das Finanças e da Administração Pública e ao Ministério de Estado, das Actividades e do Trabalho, o requerimento de redução, à medida e na proporção, do penhor de 1º grau constituído, face ao cumprimento desta obrigação. No dia 01 de Abril de 2005, foi atribuída à Sulpac a Licença de Exploração Industrial passada pela Direcção Regional da Economia do Alentejo. O Activo bruto da Sulpac em 30 de Junho de 2006 ascendeu a 12.771.961 Euros.

Em Dezembro de 2003 foi constituída a Investalentejo, S.G.P.S., S.A. com o objectivo de vir a ser a entidade gestora das obrigações de investimento no Alentejo ao abrigo do art. 4º do DL 19/2003. O Conselho de Administração da Investalentejo, S.G.P.S., S.A. aprovou a realização de um conjunto de investimentos, por um montante global significativamente superior a 40 milhões de Euros, sendo que, a obrigação legal contemplada no referido Decreto-Lei foi integralmente cumprida dentro do prazo previsto.

(ii) Dívida da EDIA – Empresa de Desenvolvimento de Infraestruturas do Alqueva

Ainda relacionado com o processo mencionado na alínea anterior, em 30 de Junho de 2006 a filial Portucel Viana (sociedade para a qual esta conta a receber transitou, em consequência da incorporação por fusão da Portucel Recicla na Portucel Viana, ocorrida no exercício de 2005) mantinha no activo uma conta a receber, vencida, de cerca de Euros 8 milhões relativa na sua maioria à terceira (e última) prestação indemnizatória definida no Auto de Expropriação Amigável celebrado com a EDIA, em consequência da submersão das suas instalações industriais com a construção da Barragem do Alqueva, e consequente desactivação da unidade produtiva da Portucel Recicla. Em Junho de 2003, foi interposta uma acção executiva ordinária para a cobrança daquele saldo, tendo a EDIA deduzido embargos de executada argumentando que aquela prestação não é exigível face à alteração dos pressupostos que estiveram na base do acordo celebrado, concretamente a ausência de construção da nova fábrica de papel reciclado e custos de despoluição superiores aos previstos. Por não estar de acordo com a fundamentação apresentada, a Portucel Recicla apresentou contestação judicial, encontrando-se o processo a aguardar marcação de audiência de julgamento.